

## Contexto operacional

A VIKINGPREV – Sociedade de Previdência Privada ("Entidade" ou "Vikingprev") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, localizada na Av. Juscelino K de Oliveira, 2600 – CIC – Curitiba/PR, constituída em 8 de julho de 1994 sob o CNPJ de número 00.158.783/0001-36, e iniciou suas atividades em 1º de novembro de 1994, através da autorização concedida pela Portaria nº 4574, de 22 de dezembro de 1989 do Ministério da Previdência Social – MPS, alterada pela Portaria nº 1532, de 11 de outubro de 1994.

O objetivo da Entidade é a instituição e a administração de planos de benefícios de caráter previdenciário. Os planos são criados e mantidos para atender aos empregados e dirigentes da Volvo do Brasil Veículos Ltda., patrocinadora instituidora da Vikingprev, bem como aos das demais patrocinadoras e aos de outras empresas que vierem a integrá-los, mediante celebração de convênio de adesão, as quais serão denominadas "demais patrocinadoras".

A Entidade possui um único plano de benefícios previdenciários na modalidade de Contribuição Variável denominado Plano de Benefícios Previdenciários Vikingprev ("Plano") (CNPB nº 19.940.018-11). O regulamento vigente, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar — Previc, através da Portaria nº 233, de 22 de abril de 2021, passou a vigorar a partir de 6 de maio de 2021. As aposentadorias programadas são pagas na forma de renda mensal temporária, exceto para os participantes inscritos até 27 de maio de 2011 e que tenham 55 anos de idade completos ou mais em 5 de julho de 2021, conforme previsto no §2º do artigo 29 do regulamento do Plano, que ainda podem optar por uma parcela do saldo total de poupança em forma de renda mensal vitalícia. As aposentadorias por invalidez são calculadas com base no saldo de conta total do participante e terão seu pagamento na forma de renda mensal temporária, até esgotar o saldo existente. Ocorrendo o falecimento do participante ativo é pago pecúlio por morte, correspondente ao saldo total de poupança de cada participante e pago de uma única vez em partes iguais aos dependentes beneficiários.

Os demais patrocinadores da Entidade, que respondem solidariamente pelas obrigações do plano, conforme convênios de adesão firmados entre as partes são: Associação Viking, Volvo Administradora de Consórcio Ltda., Banco Volvo (Brasil) S/A, Volvo Corretora de Seguros Administração e Serviços (Brasil) Ltda., Volvo Equipamentos de Construção Latin America Ltda., Volvo Locações e Soluções de Mobilidade Ltda. e a própria Vikingprev Sociedade de Previdência Privada.

Para a consecução dos seus objetivos, os patrocinadores contribuem mensalmente com montantes determinados segundo critério estabelecido no Regulamento do Plano. A contribuição do participante é voluntária.

A gestão dos investimentos é feita de forma separada para o Plano de Benefícios e para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), ambos sob o mesmo CNPJ da Entidade, onde cada plano possui política de investimentos específica.



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Vikingprev possuía a seguinte quantidade de participantes:

	Quantidade	
	2022	2021
Ativos (empregados das patrocinadoras) Assistidos	5.465 408	5.079 404
Autopatrocinados	118	141
Benefício Proporcional Diferido	622	596
Suspensos (no prazo de opção)	19	19
Total	6.632	6.239
	Idade Média (em	anos)
	2022	2021
Ativos (empregados das patrocinadoras)	37,8	37,5
Assistidos	64,2	62,8
Autopatrocinados	44,8	44,1
Benefício Proporcional Diferido	44,0	43,9

#### 2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, e suas alterações posteriores, Resolução CNPC Nº 43, de 6 de agosto de 2021 e a Resolução nº 1.272/10 do CFC - Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a ITG 2001.

As normas contábeis aplicáveis às EFPC não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, uma vez que a planificação contábil padrão foi estruturada para refletir o ciclo operacional de longo prazo das atividades e assim apresentar informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante. Sendo assim, baseadas nas diretrizes descritas no item 63 da NBC TG 26 (R2), as demonstrações contábeis estão apresentadas em três gestões, sendo Previdencial,



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assistencial e Administrativa; e o Fluxo dos Investimentos, conforme a seguir:

- · Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social DMPS;
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios DAL;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios DMAL;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa DPGA e
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício DPT.

Estas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa), sendo que a Vikingprev não possui a gestão Assistencial e o Fluxo dos Investimentos está segregado entre as Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Visando maior transparência na apresentação das demonstrações contábeis, e em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, as demonstrações contábeis estão apresentadas de forma comparativa.

O Balanço Patrimonial está apresentado de forma consolidada, incluindo as operações do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

Nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido, o valor do Ativo Líquido compreende o valor do Ativo, deduzido dos valores do Exigível Operacional, do Exigível Contingencial e dos Fundos não Previdenciais.

As receitas e despesas administrativas das EFPC são escrituradas no Plano de Gestão Administrativa - PGA, o qual possui um Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo da EFPC em 03 de junho de 2022 e que entrou em vigor nesta mesma data.

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 20 de março de 2023.

## 3 Resumo das principais práticas contábeis

## a) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência, exceto os registros relativos às contribuições dos autopatrocinados que são escriturados com base no regime de caixa.

## b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram determinadas com base no julgamento da administração, e levaram em consideração fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Destacamos



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que as principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas são as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo.

#### c) Provisão de crédito de liquidação duvidosa - PCLD

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para as operações de crédito mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os ativos sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são apresentados por seu valor líquido.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Instrução Normativa Previc nº 31/2020.

A Vikingprev não efetuou constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa da carteira de empréstimo e financiamentos concedidos a participantes por não possuir atrasos nos referidos exercícios.

#### d) Gestão Previdencial

O realizável da gestão previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Vikingprev, relativo às contribuições das patrocinadoras, dos participantes e os depósitos judiciais/recursais da gestão previdencial. As contribuições dos autopatrocinados e daqueles que estão em benefício proporcional diferido (BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme previsto na Política Contábil da Vikingprev.

#### e) Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

#### f) Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos são determinados pela Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Resolução CNPC nº 43/2021, utilizamos os critérios definidos na Deliberação CVM nº 115/2022, que estabelece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2 - Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente,



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

#### **Títulos Públicos**

Considerando as disposições Resolução CNPC nº 43/2021, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- (i) Títulos para negociação quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, estes títulos são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

O Conselho Deliberativo aprovou (ata nº 150) a formação de carteira segregada a partir de janeiro de 2012, relativamente às reservas de risco, nos termos do Artigo 55, parágrafo único, do Regulamento do Plano, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico e financeiro do Plano. Os Títulos Públicos de longo prazo, especificamente as Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs) que compõe esta carteira são classificados no item (ii) acima e foram contabilizados pela curva de juros.

Em agosto de 2015 o Conselho Deliberativo aprovou (ata nº 165) a constituição de uma carteira específica de títulos públicos de longo prazo, especificamente as Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs), de uma parcela da carteira de acumulação e rendas mensais temporárias classificados no item (ii) acima. A definição do montante a ser investido nesta carteira, visando assegurar liquidez para pagamento de possíveis resgates, portabilidades e migração de reserva de benefícios, estão amparados em estudos elaborados pela consultoria externa Mercer Human Resource Consulting Ltda.

## **Fundos de Investimentos**

#### Renda Fixa, Renda Variável, Investimento no Exterior e Multimercado Estruturado

Estes investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas das carteiras são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

A CVM através da Instrução de nº 438/2006 e alterações posteriores, define as normas de precificação dos ativos aplicados em carteiras de fundos de investimentos pela marcação a mercado.



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **Empréstimos à Participantes**

São empréstimos concedidos aos participantes ativos e assistidos, acrescidos de encargos conforme tabela a seguir (vigente em 31/12/2022) e descontado uma única vez no momento da concessão uma taxa de administração de 1% sobre o valor da concessão e vencimento em até 24 meses.

- Concessão com parcelamento em até 06 vezes: 2,34% a.m. (2021 1,45% a.m.)
- Concessão com parcelamento de 07 a 12 vezes: 2,39% a.m. (2021 1,50% a.m.)
- Concessão com parcelamento acima de 12 vezes: 2,44% a.m. (2021 1,55% a.m.)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia parcelas em atraso.

## g) Exigível operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### h) Exigível contingencial

#### Gestão Administrativa

Refere-se a liminar para determinar à Fazenda Nacional, que se abstenha de exigir o recolhimento de PIS/COFINS, nos termos do disposto no parágrafo 1º, do Art. 3º, da Lei nº 9718/98 (Nota 9).

## i) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultor atuarial externo, Mercer Human Resource Consulting Ltda., contratado pela Entidade e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes. As reservas foram reavaliadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas tem por base o método de capitalização, sendo adotada a acumulação financeira através do método de cotas. A estrutura do cálculo atuarial contempla taxa real anual de juros de 3,19% ao ano e tábua de mortalidade de:

- a) válidos AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 40%, e
- b) inválidos AT-2000 (média) suavizada em 20% (Nota 14).

Os pareceres atuariais para:

- 31 de dezembro de 2021 foi emitido em 10 de fevereiro de 2022
- 31 de dezembro de 2022 foi emitido em 15 de fevereiro de 2023.
- Benefícios concedidos



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício de prestação continuada.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos estão dimensionadas com base nos benefícios concedidos até dezembro de 2022.

#### Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder corresponde ao valor do saldo das contas – parcela patrocinadora e parcela participantes.

## j) Equilíbrio técnico

É o excedente de patrimônio para cobertura das provisões matemáticas, segundo cálculo de consultor atuarial externo, após a formação das provisões matemáticas reavaliadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. O resultado superavitário é destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 21,85% do valor das provisões matemáticas (incidente somente sobre a parcela atribuível aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente ou àqueles que adquirirem característica de benefício definido na fase de concessão), para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos. Este limite de 21,85% foi calculado conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, que estabelece o percentual de 10%, acrescido de 1,00% para cada ano da "duração" do passivo da carteira, sendo que a duração do passivo do Plano, calculada pelo atuário é igual a 11,85 anos.

# Ajuste de precificação dos títulos públicos federais: Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Normativa PREVIC nº 33/2020 e Portaria PREVIC nº 835/2020.

A Resolução CNPC nº 30/2018 estabelece as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPC na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 2020 a Instrução Normativa nº 33, tratando das questões da Resolução CNPC nº 30/2018, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

E, para fins de atendimento legal, a Vikingprev observou os requisitos necessários para realização do ajuste de precificação dos títulos públicos em carteira e, diante o fato, foi utilizado somente os títulos mencionados na tabela abaixo, apontando o ajuste na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) o valor total de R\$ 3.872 que, acrescentando com o superavit de R\$ 5.877, resultou-se em um superavit total de R\$ 9.749. Contudo, para fins de destinação de reserva de contingência e de reserva especial, o Equilibrio Técnico Ajustado fica na ordem de R\$ 5.877. Os títulos públicos marcados na curva que foram utilizados para o ajuste de precificação em 31 de dezembro de 2022 são:

Tipo	Vencimento	Taxa de Apropriação	Quantidade	Valor do Ativo Contábil	Valor do Ativo Sistema Venturo	Ajuste de Precificação
------	------------	------------------------	------------	----------------------------	-----------------------------------	---------------------------



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NTN-B	15/08/2024	4,780009%	633	2.631	2.694	63
NTN-B	15/05/2035	4,370006%	125	579	643	64
NTN-B	15/05/2035	5,110009%	176	765	906	141
NTN-B	15/05/2035	6,461251%	600	2.328	3.087	759
NTN-B	15/08/2040	6,099487%	200	810	1.112	302
NTN-B	15/08/2040	5,984036%	200	819	1.112	293
NTN-B	15/08/2040	5,020008%	309	1.401	1.719	318
NTN-B	15/08/2040	5,947501%	350	1.439	1.947	508
NTN-B	15/05/2045	5,440007%	143	617	827	210
NTN-B	15/05/2045	6,050005%	172	690	994	304
NTN-B	15/05/2045	6,325352%	200	776	1.156	380
NTN-B	15/05/2045	5,770003%	324	1.343	1.873	530
	Total		3432	14.198	18.070	3.872

## k) Fundos da gestão previdencial, administrativa e de investimentos

- Gestão Previdencial
  - (i) Fundo de Reversão (artigo 58 do Regulamento do Plano)
    - Origem: é composto pela parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder, constituídas por contribuições da patrocinadora, não resgatadas, quando do desligamento e cancelamento da inscrição de participantes e revertidas para este Fundo; e
    - **Utilização:** sua utilização ocorre conforme determinado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, tendo por base parecer atuarial e a legislação pertinente. No ano de 2022 não foram utilizados recursos deste fundo e no dia 31 de dezembro de 2022, e a Entidade acumulou um saldo no valor de R\$ 10.855 (2021 R\$ 7.683).
- Administrativo (PGA)

Constituído pela sobra da gestão administrativa (soma das receitas da gestão administrativa deduzida da soma das despesas da gestão administrativa), adicionado o saldo do fundo administrativo existente no exercício anterior, com atualização pela variação da rentabilidade do patrimônio do PGA.

Investimentos (Empréstimos a participantes)

Constituído pela provisão de garantia para o risco de morte relativamente aos empréstimos concedidos.



## I) Fluxo dos Investimentos

As rendas/variações positivas dos investimentos mensais do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (atualização monetária, juros, variação positiva na precificação dos títulos, deságio, prêmios, dividendos, ganhos na venda, etc.), deduzidas das despesas e/ou variações negativas dos investimentos dos referidos planos (IOF, prejuízos na venda, variação negativa na precificação dos títulos, ágio, etc.), e das despesas com a administração dos investimentos (custo da gestão, custo da custódia, custo de CETIP/SELIC/CBLC, consultoria de investimentos, sistemas de controle, etc), compõem respectivamente o fluxo dos investimentos do plano de benefícios e do plano de gestão administrativa e são transferidas respectivamente para o fluxo dos investimentos da gestão previdencial e fluxo dos investimentos da gestão administrativa.

A carteira de títulos e valores mobiliários é administrada, mediante contrato, pelas seguintes instituições: Western Asset Management, BRAM-Bradesco Asset Management e Itaú Unibanco Asset Management.

Em 17/12/2020 foi constituído um fundo exclusivo da Entidade denominado "VPREV 2020 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado" com o objetivo estratégico de constituir fundos no segmento de multimercado estruturado, com gestão específica em carteira administrada pelo Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A

Os administradores contratados utilizam-se de taxas e preços de mercado obtidos de provedores externos, como ANBIMA e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Para os casos em que estes preços não são regularmente fornecidos, utilizam-se de metodologia própria.

Os Fundos de Investimento (referenciado, renda fixa, ações, multimercado renda fixa, multimercado estruturado e investimento no exterior) são registrados pelo valor da cota informado pelo respectivo administrador.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT's) são registradas pelo valor de mercado, utilizando-se do preço unitário publicado pela ANBIMA.

As Notas do Tesouro Nacional (NTN-B's), classificadas como e mantidas até o vencimento, são registradas pela curva de juros, utilizando-se do preço unitário calculado pelo custodiante da carteira (Banco Bradesco S.A).

## 4 Disponível

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2022	2021
Banco Bradesco S.A.	757	560
Total	757	560



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 5 Realizável - Gestão Previdencial

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Previdencial.

	2022	2021
Outros valores realizáveis	120	123
Total	120	123

#### 6 Realizável - Gestão Administrativa

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

	2022	2021
Adiantamento a funcionários	153	105
Depósitos judiciais PIS / COFINS (Nota 9)	1.619	1.619
Outros valores realizáveis (i)	278	243
Total	2.050	1.967

(i) Este valor refere-se aos registros de apropriação despesas pagas (seguro D&O e TAFIC) e transferências de recursos entre as contas bancárias do Plano e PGA.

## 7 Realizável – Investimentos

	2022	2021
Títulos Públicos	262.512	248.241
Fundos de Investimento	713.605	652.465
Empréstimos (i)	8.781	8.732
Total	984.898	909.438

As aplicações financeiras foram realizadas observando-se as diretrizes exigidas na Resolução CMN nº 4.994/2022 e alterações posteriores.

A Entidade contratou a Mercer Human Resource Consulting Ltda. para prestação de serviços de acompanhamento da gestão de recursos (consolidação e monitoramento dos investimentos, controle e monitoramento de riscos, revisão anual da política de investimentos, preparação de outros relatórios regulamentares e seleção e avaliação de gestores de investimentos).

(i) Os empréstimos referem-se às operações com participantes nos termos da Resolução CMN nº 4.994/2022 – empréstimos feitos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos e foram realizados de acordo com regulamento próprio aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da Entidade.

Iniciou em 2021 aplicações em fundos multimercado estruturado através de um fundo exclusivo da Entidade,



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

chamado Vprev 2020 Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado (VPREV FIC FIM), registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o CNPJ 37.867.754/0001-53, no qual a administração, gestão, custódia, tesouraria e escrituração de cotas é de responsabilidade das instituições Itaú Unibanco S.A. e Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Todo detalhamento do nosso fundo exclusivo, bem como as condições específicas e gerais do fundo estão descritas no respectivo regulamento, que está publicado no site da CVM. (https://conteudo.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html)

## Investimentos - Títulos para negociação

	2022	2021
	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos Públicos	5.304	5.260
Letras Financeiras do Tesouro	5.304	5.260
Fundos de Investimentos	713.605	652.465
Referenciado	22.711	14.192
Western Asset Sovereign IV Selic FI	22.711	14.192
Renda Fixa	259.005	218.173
BRAM H Volga FI	2.011	17.106
BRAM H Multi IV FI	70.084	34.558
Itaú Unibanco Verso P CP RF FI	30.043	19.589
Itaú Unibanco RF Juros Ocean FI	8.741	3.517
Itaú Unibanco Fidelidade T FI	-	26.777
Itaú Precision CPRFL FI	5.674	4.949
Itaú Legend RF FIC FI	4.219	4.191
Itaú Precision CRF FI	55.102	17.058
Western Asset Prev Credit FI	48.852	42.745
Western Asset Prev Inflation Implicita FI	2.120	9.112
Western Asset Prev Fix Target FI	12.761	25.030
Western Asset Prev Structured Credit FI	12.887	10.711
Western Asset Inflation II RF	5.992	134
Western Asset 107 Crédito Privado FI	-	958
Western Asset 141 Crédito Privado FI	-	237
Western Asset Debentures Cred Priv FI	519	1.501
Multimercado	111.654	117.551
BRAM H Multi FIM	74.212	65.694
Itaú Unibanco Fidelidade W3 FIM	11.845	6.775
Itaú Unibanco Verso U FIM	16.793	31.214
Itaú Unibanco Verso JM FIM	8.804	13.868



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Multimercado Estruturado	115.942	96.176
Vprev 2020 FIC FIM	115.942	96.176
Fundos de Investimento em Ações	135.074	138.292
Western Asset Prev IBRX Ativo Ações FIA	10.703	5.417
Western Asset Prev IBRX Alpha FIA	24.949	30.504
Itaú Phoenix FIA	-	-
Itaú Acoes Dunamis FIA	754	2.846
Itaú Duna Inst FIA	4.370	-
Itaú Index Ações IBRX FIA	17.189	14.777
Itaú Prev IBRX FIA	17.000	-
Itaú Momento 30 FIA	-	16.745
Itaú Momento 30 2 FIC FIA	11.037	5.486
Itaú Duna Inst FIC FIA	-	4.157
Itaú Asgard FIC FIA	2.663	9.906
BRAM H Institucional FIA	37.365	33.632
BRAM Selection FIA	472	440
BRAM Small Caps FIA	6.134	6.686
BRAM Dividendos FIA	199	181
Quotas de Fundos de Ações a Receber	2.239	7.515
Fundos de Investimento no Exterior (FIEX)	69.219	68.081
BRAM Global FIA FIEX	19.719	22.590
Itaú World Equities FIC FIEX	27.800	27.593
Western Asset Global Equities FIEX	18.581	16.122
Western Asset FIA BDR1 FIEX	1.898	1.776
Quotas de Fundo de Investimento no Exterior a Receber	1.221	-
Total	718.909	657.725

## . Títulos mantidos até o vencimento - Renda fixa

## **Títulos Públicos**

#### **Notas do Tesouro Nacional**

	2022		2021	
	Valor de mercado	Valor atualizado pela curva dos ativos	Valor de mercado	Valor atualizado pela curva dos ativos
NTN-B	255.392	257.208	264.035	242.981



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022		2021	
		Valor atualizado		Valor atualizado
	Valor	pela curva	Valor	pela curva
	de mercado	dos ativos	de mercado	dos ativos
Total	255.392	257.208	264.035	242.981

#### Composição por prazo de vencimento dos investimentos

Os investimentos possuem os seguintes vencimentos (prazos contados a partir de 31 de dezembro de 2022 e 2021):

	2022	2021
Superior a 360 dias (NTN-B)	257.208	242.981
Superior a 360 dias (LFT)	5.304	5.260
Prazo indeterminado	<u>713.605</u>	652.465
Total	976.117	900.706

Os títulos que compõem a carteira de investimentos estão custodiados nas seguintes instituições:

- Títulos públicos na SELIC Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
- Títulos privados na CETIP Câmara de Custódia e Liquidação;
- · Títulos operados/negociados em bolsa de valores Brasil Bolsa Balcão S.A. (B3).

Em 2022 não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

E de forma centralizada, o Banco Bradesco S.A. presta os serviços de custódia qualificada e controladoria para todas as carteiras de títulos e valores mobiliários da Vikingprev.

#### 8 Exigível operacional

Os compromissos do exigível operacional são assim demonstrados:

#### Gestão previdencial

	2022	2021
Retenções a Recolher	444	493
Outras Exigibilidades	274	238
Total	718	731



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Gestão administrativa

Ocstao administrativa	2022	2021
Contas a Pagar Retenções/Tributos a Recolher	652 98	551 75
Outras exigibilidades	120	117
Total	870	743
Investimentos	2022	2021
Empréstimos a pagar	13	19
Total	13	19

## 9 Exigível contingencial

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos externos.

Os compromissos do Exigível Contingencial são assim demonstrados:

## Gestão Administrativa

	2022	2021
PIS	246	246
COFINS	1.373	1.373
TOTAL (Nota 6)	1.619	1.619

Em 12 de fevereiro de 2008, a Entidade protocolou pedido de liminar para determinar à Fazenda Nacional, que se abstenha de exigir o recolhimento de PIS/COFINS, nos termos do disposto no parágrafo 1º, do Art. 3º, da Lei nº 9718/98. Negado provimento pelo TRF da 4ª Região em 2011, a Entidade recorreu da decisão e aguarda julgamento do Recurso Especial dirigido ao Tribunal Superior de Justiça. O relatório processual emitido pelos advogados externos, contratados pela Entidade, indica que a expectativa de êxito é possível. Entre a competência de fevereiro de 2008 a dezembro 2014, a Entidade depositou judicialmente o valor do PIS e da COFINS. O saldo depositado judicialmente e provisionado na rubrica "Exigível Contingencial", no período de fevereiro de 2008 a dezembro de 2014, monta a R\$ 246 e R\$ 1.373, respectivamente (2021 - R\$ 246 e R\$ 1.373, respectivamente).

Os saldos ativos e passivos relativos à ação do PIS e COFINS foram corrigidos para mantê-los atualizados até a competência 2020. E a partir da competência 2021 os saldos não foram mais atualizados conforme disposto pelo artigo 23 da Instrução Previc nº 31/2020.

Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, a Entidade cessou o procedimento de depósitos judiciais, passando a recolher os referidos tributos à Receita Federal.



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Lei nº 12.973 de 13/05/2014, prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços).

## 10 Critério de rateio das despesas administrativas

A Entidade possui apenas um Plano de Benefícios, sendo assim, as despesas administrativas são alocadas exclusiva e diretamente na gestão e no Plano que originaram sem nenhuma forma de rateio.

## 11 Patrimônio de Cobertura do Plano

	2022	2021
Provisões Matemáticas	954.520	883.381
Benefícios Concedidos	344.629	317.512
Contribuição Definida Saldo de conta dos Assistidos	219.055	197.656
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização Valor atual dos Benefícios futuros programados Valor atual dos Benefícios futuros não programados	116.700 8.874	111.590 8.266
Benefícios a Conceder	609.891	565.869
Contribuição Definida Saldo de Contas – parcela Patrocinadoras Saldo de Contas – parcela Participantes	397.938 211.953	371.591 194.278
Equilíbrio Técnico Reserva de Contingência	<b>5.877</b> 5.877	<b>6.257</b> 6.257
Total	960.397	889.638
Movimentação das provisões matemáticas:	2022	2021
No início do exercício Constituições	883.381 71.139	829.920 53.461



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No final do exercício 954.520 883.381

#### 12 Fundos

A constituição/reversão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi efetuada da seguinte forma:

	2022	2021
Fundo previdencial		
Saldo inicial	7.683	5.749
Constituições (Nota 3-k)	3.172	1.934
Reversões (Nota 3-k)	-	-
Total	10.855	7.683
Fundo administrativo		
Saldo inicial	11.188	10.561
Constituições	1.640	627
Total	12.828	11.188
Fundos para Garantia das Operações com Participantes		
Saldo inicial	467	441
Constituições	58	26
Total	525	467

## 13 Gestão Administrativa

O regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da EFPC em 3 de junho de 2022, estabelece as fontes e as destinações dos recursos administrativos que são ratificadas no orçamento anual também aprovado pelo referido Conselho.

As fontes de custeio para cobertura dos gastos administrativos estão assim definidas:

(i) contribuição mensal das patrocinadoras, dos participantes autopatrocinados e dos participantes em BPD-Benefício Proporcional Diferido, conforme definidas no plano de custeio anual; (ii) taxa de administração de empréstimos aos participantes; (iii) resultado dos investimentos do fundo administrativo; (iv) reembolso das despesas administrativas com a gestão dos investimentos do plano de benefícios;

A receita da gestão administrativa do exercício de 2022 foi de R\$ 4.974 (2021 – R\$ 4.456) e o fluxo dos investimentos do PGA foi de R\$ 1.454 (2021 – R\$ 452).

A despesa da gestão administrativa Previdencial do exercício de 2022 foi de R\$ 4.788 (2021 – R\$ 4.281).

Os investimentos nos Fundos de Investimentos no Exterior, Fundos de Ações (ativos) e Fundos Multimercados Estruturados, que em 2022 somam R\$ 249.742 (2021 – R\$ 210.331) cobram taxa de administração diretamente nos fundos. Esta taxa de administração não está incluída na despesa com a gestão



administrativa Previdencial.

#### 14 Hipóteses e métodos atuariais

As hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração da Provisão Matemática foram:

Taxa real de juros <sup>(1)</sup>
Tábua de mortalidade de válidos <sup>(3)</sup>
Tábua de mortalidade de inválidos
Composição de Família de Pensionistas

Avaliação Atuarial de 2022 3,19% a.a. AT-2000 suavizada em 40% AT-2000 Média suavizada em 20% Família Real

Taxa real de juros <sup>(1)</sup>
Tábua de mortalidade de válidos <sup>(3)</sup>
Tábua de mortalidade de inválidos
Composição de Família de Pensionistas

Avaliação Atuarial de 2021 3,31% a.a. AT-2000 suavizada em 40% AT-2000 Média suavizada em 20% Família Real

- (1) O indexador utilizado é o INPC, calculado pelo IBGE.
- (2) A média da tábua AT-2000 corresponde a 50% male e 50% female.
- (3) Tábua AT-2000 segregada por sexo.

Em função do Plano de Benefício estar estruturado na modalidade de contribuição variável, as hipóteses apresentadas são utilizadas apenas para fins de apuração das reservas relativas aos benefícios concedidos na modalidade de renda mensal vitalícia. Em 31/12/2022 as reservas para o Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização somam R\$ 125.574 (2021 – R\$ 119.856) (Nota 11).

O cálculo atuarial das provisões matemáticas tem por base o "Método de Capitalização" para avaliação de todos os benefícios do plano.

## 15 Taxa de juros utilizada na avaliação atuarial

A Mercer Human Resource Consulting Ltda., elaborou Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2022. De acordo com a Resolução CNPC nº 30/2018 e Instrução Previc nº 33/2020, a taxa de juros do plano deve respeitar o intervalo de 70% da taxa de juros parâmetro e 0,40% a.a. acima da taxa de juros parâmetro. De acordo com a Portaria nº 373/2022, a taxa parâmetro do plano considerando a duração do passivo do plano de 11,99 anos, é de 4,96% a.a. Dessa forma, a taxa de retorno real projetada de 5,11% a.a. está fora do intervalo permitido de 3,31% a.a. a 4,96% a.a. Com base nos resultados dos estudos, o Conselho Deliberativo da Vikingprev aprovou em 03/11/2022, registrado sob a ata de reunião extraordinária de nº 204 por recomendação do atuário, alteração da taxa de juros dos atuais 3,31% a.a. para 3,19% a.a. a vigorar a partir de 01/01/2023.

E na conclusão apontada em parecer atuarial, emitido em 15/02/2023, o atuário certifica que o Plano de



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Benefícios Previdenciários Vikingprev está superavitário em 31/12/2022, e que o valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

#### 16 Recolhimento de tributos

#### **PIS e COFINS**

Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas auferidas, deduzidas as parcelas das contribuições destinada à constituição de provisões ou reservas técnicas, os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras de recursos destinados ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgates, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.285, de 13 de agosto de 2012.

#### 17 Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme prevê o Estatuto da Entidade, os membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal não são remunerados. E os membros da Diretoria Executiva poderão ser remunerados a critério do Conselho Deliberativo. Apenas um diretor estatutário, que é funcionário de uma das patrocinadoras, recebeu remuneração por meio de vínculo empregatício mediante contrato de trabalho - CLT.

## 18 Evento subsequentes:

#### 18.1 O caso Americanas S.A.

#### **Contexto Geral**

No dia 11 de janeiro de 2023 a Americanas S.A. divulgou "Fato Relevante" comunicando ao mercado que, em uma análise preliminar, havia encontrado em seu balanço inconsistências contábeis na ordem de grandeza de R\$ 20 bilhões (com data base de 30/09/2022). Posteriormente, no dia 19 de janeiro de 2023, a empresa voltou a informar que, após análises mais profundas, o valor do passivo gerado pelos lançamentos contábeis inconsistentes havia subido parar R\$ 43 bilhões e que, em função disso, estava protocolando pedido de recuperação judicial nas instâncias competentes.

#### Contexto na Entidade

A Vikingprev agiu tempestivamente ao tomar conhecimento do fato (12/01/2023), fazendo contato com os gestores de recursos e consultoria de Investimentos (Mercer) para verificar nossas posições e, a necessidade de se tomar alguma ação imediata. Sobre as posições: em31/12/2022, nossos relatórios apontavam uma alocação total de R\$ 3,3 milhões, algo em torno de 0,34% do patrimônio total da Entidade. O valor absoluto das posições não deixa de ser significativo, mas não é tão representativo, frente ao patrimônio total, que possa comprometer o fluxo de pagamento e compromissos junto aos fornecedores, participantes e assistidos. A rentabilidade no mês de 01/2023 foi impactada, onde o resultado líquido da carteira como um todo foi de 1,39% a.m., ficando abaixo do benchmark estabelecido na Política de Investimentos do Plano, que foi de 1,85% a.m.



CNPJ: 00.158.783/0001-36

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do impacto financeiro total no mês de janeiro de 2023 foi de aproximadamente R\$ 3,4 milhões. Seguiremos monitorando com gestores de recursos e consultoria de Investimentos. O maior gestor de recursos alocado é a Western Asset, em debêntures das Americanas, sendo:

- 14ª Emissão da Americanas / série única (LAMEA4);
- 15ª Emissão da Americanas / série única (LAMEA5);
- 16ª Emissão da Americanas / série única (LAMEA6);
- 17ª Emissão da Americanas / série única (LAMEA7);
- 18ª Emissão da Americanas / série única (LAMEA8);
- 5ª Emissão da B2W / série única (BTOW15): .

Sobre o nosso Plano de Ação: considerando o dever fiduciário depositados aos dirigentes da Vikingprev, que demanda postura diligente, proba e na defesa dos interesses dos participantes e assistidos, ainda que a entidade, não tenhamos diretamente uma ação a ser tomadas sobre as posições, visto que a gestão dos recursos é discricionária, sendo de responsabilidade do Gestor, através de mandato específico, definir um plano e implementar as ações visando minimizar os impactos, e garantir que as carteiras estejam enquadradas dentro dos prazos legais.

Foram encaminhados pela Entidade, em 07 de fevereiro, requerimentos formais aos gestores solicitando "informações sobre as diligências adotadas em relação ao fato relevante", de modo a monitorar, e questionar se for o caso, o plano de ação a ser adotado por cada gestor. A Entidade ainda aguarda as devolutivas dos gestores.

Aos gestores, foi solicitado ainda apresentar as posições detalhadas neste ativo nas reuniões de monitoramento.

Um material foi preparado e divulgado aos participantes e assistidos no mês de 01/2023, por meio do site da Entidade. Este material apresenta esclarecimentos sobre o fato, as alocações e simulações de impactos nos resultados. Apesar da situação das Americanas, que surpreendeu todo o mercado, os riscos e resultados observados permanecem compatíveis com o mercado/cenário e com os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos.

#### 18.2 Novo Normativo Contábil:

**18.2.1** Foi publicado no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2022 a Resolução Previc nº 18, de 22 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano contábil padrão, a função e funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

Esta resolução entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023 e revoga a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, a Instrução Normativa Previc nº 40, de 22 de junho de 2021, a Instrução Normativa Previc nº 42, de 11 de outubro de 2021 e a Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro de 2021.

Os principais impactos deste novo normativo na Entidade são: a) consolidação das Instruções Normativas 31/2020 e 42/2021; b) retorno da atualização monetaria dos depósitos judiciais, no caso da Entidade os recolhimentos de PIS e COFINS realizados no período descrito no item 9.

E numa análise, os ajustes apontados na Resolução Previc nº 18/2022 não trazem impactos relevantes para a Entidade.



18.2.2 E foi emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade em 15 de dezembro de 2022 a nova Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) ITG 2001 — Entidade Fechada de Previdência Complementar, que estabelece critérios e procedimentos específicos para a estruturação das demonstrações contábeis, para o registro das operações e das variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs). Os principais pontos de destaque neste novo normativo, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2023, são os ajustes dos termos técnicos e atualização dos conteúdos mínimos que devem constar nas notas explicativas, alinhados com os normativos contábeis em vigor emitidos pela PREVIC.

Jeison Marlon Santos Contador Antonio Cesar Saciotti
Diretor

Jairo Santana Diretor Superintendente